

# ENTREVISTA

## CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA, MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

### TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

**PERGUNTA 01. Seria muito interessante às leitoras e leitores da Revista Eletrônica do CNJ que pudesse nos contar um pouco sobre sua formação e trajetória acadêmica e profissional. Onde estudou, qual foi seu ponto de partida, quais são suas principais atividades e posição atual no meio universitário brasileiro? E sobre sua experiência profissional, quais foram as contribuições a cada cargo que assumiu?**

Minha formação verificou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em que cursei o Bacharelado em Direito, (1979), Mestrado (1991) e Doutorado (1997), ambos na área do Direito Processual Penal. Cursei, ainda, Especializações em Direito Processual Penal, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981), e em Direito Penal Econômico e Europeu, perante a Faculdade de Coimbra, Instituto de Direito Penal Econômico Europeu e IBCCRIM (2000).

Minha principal atividade acadêmica é desenvolvida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde integro, desde 1998, o Departamento de Direito Processual. Atualmente, estou afastada com prejuízo de vencimentos, mas sem prejuízo das atividades docentes, principalmente na Pós-Graduação.

Exerci, ainda, atividades profissionais em escritório de advocacia e, também, no Centro Santo Dias de Direitos Humanos, da Arquidiocese de São Paulo.

Há mais de 15 anos, fui nomeada Ministra do Superior Tribunal de Justiça, tendo desempenhado diversas atividades nesse período, dentre as quais, destaco: Ministra do Superior Tribunal Eleitoral no biênio 2014-2016; Diretora-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) no biênio 2016-2018; Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e Corregedora-Geral da Justiça Federal no período de 2018-2020, passando, em outubro de 2020, a ocupar o cargo de Corregedora Nacional de Justiça, neste Conselho Nacional de Justiça.

Como Corregedora Nacional de Justiça pude conhecer mais de perto o funcionamento do Poder Judiciário, por meio das inspeções, bem como as atividades ligadas ao foro extrajudicial. Muitos foram os desafios e muitas as realizações neste biênio que está prestes a se encerrar.

Destaco, ainda, que desde abril de 2018, integro o Conselho Consultivo da Rede Mundial de Integridade Judicial, da Organização das Nações Unidas (ONU) e desde outubro de 2021, faço parte da Comissão de Ética Judicial Iberoamericana, vinculada à Cumbre Judicial Iberoamericana.

**PERGUNTA 02. No início de sua carreira na advocacia, quais os maiores desafios e dificuldades que enfrentou por ser mulher? E atualmente, quais são os maiores desafios que enfrenta como Ministra do Superior Tribunal de Justiça?**

Como muitas outras juristas, meu primeiro contato com a prática do Direito foi durante o estágio nas áreas cível e criminal, em escritórios de advocacia.

Posteriormente, já como advogada, militei junto à Fundação de Amparo Ao Trabalhador Preso – FUNAP, prestando assistência judiciária a custodiados carentes, em prisões e em Distritos Policiais de São Paulo.

Nesse período, a situação política do país, por todos conhecida, mesmo após a Lei da Anistia e em todo o período de transição para a redemocratização, engendrava múltiplos desafios para uma jovem advogada que prestava assistência judiciária a presos carentes. Tais adversidades acabaram por contribuir, de forma substancial, para a formação do meu perfil profissional.

Atualmente, como Ministra, antevejo o desafio de impulsionar e incrementar, no futuro próximo, a política já em vigor, concernente à participação institucional feminina no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

**PERGUNTA 03. Vossa Excelência foi a primeira mulher a integrar o Superior Tribunal de Justiça na vaga destinada à OAB, qual o recado às advogadas em início de carreira que se inspiram em sua trajetória acadêmica e profissional? Por que escolheu a advocacia?**

Muito me orgulha o fato de ter sido a primeira mulher a integrar o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil após a aposentadoria do Ministro José Arnaldo da Fonseca, originário do Ministério Público Federal. Abro um parêntese para lembrar que a primeira mulher que exerceu a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, a Ministra Laurita Vaz, também é originária do Ministério Público Federal e que a Ministra Eliana Calmon, primeira magistrada a alçar a condição de membro do Superior Tribunal de Justiça e, posteriormente, de Corregedora Nacional de Justiça, era originária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A Ministra Nancy Andrighi, por sua vez, foi a segunda mulher a ocupar a Corregedoria Nacional de Justiça e é originária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Todas elas foram e são minha fonte de inspiração na atuação voltada à concretização do ideal de Justiça.

Acrescento que a experiência acadêmica e a vivência no exercício da advocacia constituem fatores importantes para a formação profissional, que resta, também, engrandecida a partir da realização de cursos de extensão universitária e do aprofundamento no estudo de idiomas estrangeiros.

**Por que escolheu a advocacia?**

A escolha do curso superior em Direito decorreu da afinidade pessoal que sempre mantive com as ciências humanas. Minha maior inspiração foi meu pai, que trabalhava no Poder Judiciário Paulista. E, desde criança, em razão da formação jurídica de vários membros da família, sempre fui atraída pelo conhecimento do Direito. Por outro lado, a opção pelo exercício da advocacia, que depois veio a culminar com o desempenho da atividade jurisdicional, pautou-se pelo comportamento ético em busca do ideal de justiça. Recebi grandes lições de humanismo do Dr. Mario de Passos Simas, que me inspirou para o exercício da advocacia, em especial na área penal e de direitos humanos, por mais de 20 anos.

**PERGUNTA 04. Vossa Excelência possui extensa lista de publicações científicas em Direito Penal. Tem algum trabalho publicado que considere um artigo/livro de referência?**

Considero de grande importância pessoal a publicação, fruto do resultado do Mestrado, do livro “A Prova por Índícios no Processo Penal”, a qual cito sem, evidentemente, desmerecer outros trabalhos publicados, que me são igualmente caros.

**AUTORAS E AUTORES FAVORITOS**

**PERGUNTA 05. Quais são as autoras e autores que marcaram sua formação acadêmica e profissional? Tem alguma autora que te inspirou e te inspira?**

Aqui não posso olvidar meu orientador do mestrado e doutorado, o advogado e Professor Doutor Rogério Lauria Tucci, da Faculdade de Direito da USP, que me guiou no aprendizado de temas do Direito Processual Penal. Da mesma forma, lançaram-me muitas luzes o Professor Sérgio Marcos de Moraes Pitombo e o Desembargador Alberto Silva Franco. A professora Ada Pellegrini Grinover, por seu turno, foi uma mulher que, indubitavelmente, serviu como fonte de grande incentivo para a minha trajetória profissional.

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA**

**PERGUNTA 06. Como enxerga a participação atual das mulheres em cargos de liderança no País? Principalmente na esfera do Poder Público?**

Este assunto é um tanto desafiador. Tenho me debruçado sobre a questão de equidade de gênero. Recentemente, participei da abertura do webinar do CNJ - Equidade de Gênero: a atuação da mulher nas instituições públicas, realizado em 17 de março de 2022, oportunidade em que pontuei, a partir da análise de indicadores atuais, que a equidade passa a ser determinante da participação integral das mulheres, em igualdade de condições e oportunidades, em todos os espaços de poder na esfera pública. É imperativo, nessa perspectiva, o manejo de ações concretas destinadas a assegurar que esse objetivo seja alcançado.